

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Direcção-Geral da Administração Extrajudicial

**Despacho (extracto) n.º 17 165/2005 (2.ª série).** — Por despacho do director-geral da Administração Extrajudicial de 21 de Julho de 2005:

Carla Maria Ferro Marques Pereira — nomeada, precedendo concurso e uma vez obtida a confirmação de cabimento nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, técnica superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, aprovado pela Portaria n.º 213/2002, de 12 de Março, considerando-se exonerada do lugar de origem após aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Julho de 2005. — O Subdirector-Geral, *António Teixeira Duarte*.

**Despacho (extracto) n.º 17 166/2005 (2.ª série).** — Por despacho do director-geral da Administração Extrajudicial de 21 de Julho de 2005:

Maria Cármen Segade Henriques — nomeada, precedendo concurso e uma vez obtida a confirmação de cabimento nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, técnica superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, aprovado pela Portaria n.º 213/2002, de 12 de Março, considerando-se exonerada do lugar de origem após aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Julho de 2005. — O Subdirector-Geral, *António Teixeira Duarte*.

**Despacho (extracto) n.º 17 167/2005 (2.ª série).** — Por despacho do director-geral da Administração Extrajudicial de 21 de Julho de 2005:

Cláudia Manuel Fortes Rodrigues Fernandes — nomeada, precedendo concurso e uma vez obtida a confirmação de cabimento nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, técnica superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, aprovado pela Portaria n.º 213/2002, de 12 de Março, considerando-se exonerada do lugar de origem após aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Julho de 2005. — O Subdirector-Geral, *António Teixeira Duarte*.

### Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

**Aviso n.º 7170/2005 (2.ª série).** — Por ter havido lapso, dá-se por anulada a publicação do despacho n.º 14 954/2005 (2.ª série), inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 130, de 8 de Julho de 2005, a p. 9964, relativo à promoção à 2.ª classe de conservadores do registo predial.

22 de Julho de 2005. — Pela Subdirectora-Geral, a Chefe de Divisão, *Margarida Semedo*.

**Despacho n.º 17 168/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 1 de Julho de 2005 do director-geral:

Licenciado Fernando Jorge Costa Oliveira, conservador auxiliar da Conservatória do Registo Civil de Coimbra — requisitado como inspector extraordinário no Serviço de Avaliação e Inspecção desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

8 de Julho de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

**Despacho n.º 17 169/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 15 de Julho de 2005 do director-geral:

Cármen Correia de Sousa e Maria da Conceição Martins Guerreiro Rosa, escriturárias da Conservatória dos Registos Centrais — autorizada a prorrogação do destacamento nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 20 de Agosto de 2005, nos termos do artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 87/2001, de 17 de Março. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

18 de Julho de 2005. — Pela Subdirectora-Geral, a Chefe de Divisão, *Margarida Semedo*.

**Despacho n.º 17 170/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 15 de Julho de 2005 do director-geral:

Sandra Alexandrina de Jesus Moriés Dionísio, escriturária da Conservatória dos Registos Centrais, requisitada nos serviços centrais desta Direcção-Geral — autorizada a renovação da requisição por mais um ano, nos termos do artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 87/2001, de 17 de Março, com efeitos a contar de 18 de Agosto de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

18 de Julho de 2005. — Pela Subdirectora-Geral, a Chefe de Divisão, *Margarida Semedo*.

**Despacho n.º 17 171/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 8 de Julho de 2005 do director-geral:

Licenciada Carla Sofia Tavares Cruz Ferreira, conservadora dos Registos Civil e Predial de Alcochete, requisitada nos serviços centrais desta Direcção-Geral — autorizada a prorrogação da requisição, por seis meses, nos termos do artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 87/2001, de 17 de Março, com efeitos a contar de 6 de Julho de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

21 de Julho de 2005. — Pela Subdirectora-Geral, a Chefe de Divisão, *Margarida Semedo*.

### Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

**Despacho (extracto) n.º 17 172/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 6 de Dezembro de 2004 do director-geral dos Serviços Prisionais:

Licenciada Ana Paula Felicíssimo Ramos, administradora prisional do 4.º grau, a exercer as funções de direcção do Estabelecimento Prisional Regional de Viana do Castelo — designada para o desempenho cumulativo das funções de direcção do Estabelecimento Prisional Regional de Monção, a partir de 9 de Dezembro de 2004.

20 de Dezembro de 2004. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

### Directoria Nacional da Polícia Judiciária

**Despacho n.º 17 173/2005 (2.ª série).** — Ao abrigo do disposto no n.º 8 do despacho n.º 15 482/2005 (2.ª série), do director nacional da Polícia Judiciária, Dr. José António Henriques dos Santos Cabral, de 4 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 136, de 18 de Julho de 2005, subdelego no director nacional-adjunto, na directoria do Porto, licenciado Vítor Manuel Silva de Almeida Guimarães, no director nacional-adjunto, na directoria de Coimbra, licenciado Pedro Alexandre do Carmo Martins Fernando, no director nacional-adjunto na directoria de Faro, licenciado Guilhermino Ferreira da Encarnação, na coordenadora superior de investigação criminal a exercer funções no departamento de investigação criminal de Setúbal, licenciada Maria Alice Teixeira Pinto Fernandes, no coordenador de investigação criminal a exercer funções no departamento de investigação criminal de Portimão, licenciado Carlos Alberto Damásio Pinto do Carmo, no coordenador de investigação criminal a exercer funções no departamento de investigação criminal do Funchal, Augusto José Calado de Oliveira, na coordenadora de investigação criminal a exercer funções no departamento de investigação criminal de Aveiro, licenciada Maria do Céu Varandas Fernandes, no coordenador de investigação criminal a exercer funções no departamento de investigação criminal de Braga, licenciado José Pedro Mendes Leite Machado, no coordenador de investigação criminal a exercer funções no departamento de investigação criminal da Guarda, licenciado Mário Rui Henriques Bento, no coordenador de investigação criminal a exercer funções no departamento de investigação criminal de Ponta Delgada, Afonso Manuel Pinto Oliveira, e no coordenador de investigação criminal a exercer funções no departamento de investigação criminal de Leiria, licenciado Carlos Nunes Gomes, competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços, nos termos dos artigos 4.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao montante de € 49 000.

Nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os actos que tenham sido praticados no âmbito dos poderes agora subdelegados ou que o venham a ser até à data da publicação do presente despacho.

18 de Julho de 2005. — O Director Nacional-Adjunto, *Paulo Rebelo*.